

RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE E DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS EM SALVADOR

Antonia dos Santos Garcia¹

RESUMO

Salvador, antiga capital colonial e contemporaneamente terceira maior metrópole brasileira, é a mais emblemática cidade do processo histórico brasileiro por sua densidade demográfica e cultura negra. Neste artigo fazemos uma análise teórica e empírica sobre as desigualdades socioeconômicas, sociorraciais por cor/raça e sexo para compreender as relações raciais e de gênero nos espaços concretos e simbólicos que marcaram nossa forma de organização do espaço. Assim, articulamos como categorias centrais de análise classe, gênero, raça e espaço nas suas interseccionalidades para compreender como o sexismo, racismo e classismo, ao hierarquizar os indivíduos segundo atributos físicos em superiores e inferiores, é determinante na formação sócio-histórica no Brasil. Busca-se compreender estes fenômenos como estruturantes das desigualdades socioeconômicas e sociorraciais e como se expressam no espaço urbano, particularmente as territorialidades negras e femininas e seus múltiplos significados, para pensar os processos coletivos, os processos libertários, o Direito à Cidade nas perspectivas feminista, anti-racista e anti-classista.

1 INTRODUÇÃO

A insuficiência dos macros sistemas explicativos das realidades sociais produziu nas últimas décadas mudanças importantes, sobretudo nas ciências sociais que tem tentado a superação da dicotomia economicismo x culturalismo, passando a trabalhar a indeterminação histórica, o campo amplo das mediações. Analisando a crise do materialismo histórico, Harvey (1993, p. 20), aponta para a necessidade de uma concepção dinâmica da teoria e do materialismo histórico para apreender o significado das mudanças que já vinham ocorrendo, na economia política, na natureza das funções do Estado, nas práticas culturais e na dimensão do tempo-espaço em que as relações sociais e os sujeitos sociais devem ser avaliadas. É nesta perspectiva que vamos analisar as contradições urbanas de Salvador, atenta aos macro e micros sistemas sociais.

Uma análise sobre o fenômeno do sexismo e racismo, fenômenos universais, construídos historicamente, impõe muitos desafios teóricos-metodológicos e políticos. Para a feminista Heleith Saffioti, a discriminação contra a mulher no Brasil baseia-se no patriarcado, no capitalismo e no racismo. Ou seja, compreende o conjunto de sistemas de dominação social, incluindo os sistemas cultural e simbólico que mantém as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres. Para a autora, 'não se pode entender o patriarcado e o capitalismo como sistemas autônomos ou independentes; os dois são as duas faces de um mesmo sistema produtivo e devem examinar-se como formas integradas'(SAFFIOTI

¹ Professora e pesquisadora associada/NEIM/PPGNEIM/FFCH/UFBA e coordenadora do OBSERVATÓRIO LUIZA MAHIM/Depto Geografia/UFBA/CNPq.

apud COSTA 1998, p.39).

O conceito de gênero, que tem uma elaboração analítica relativamente nova, passa a ter relevância nos círculos acadêmicos a partir dos anos 1980. Ele, assim como o conceito de patriarcado (não é consenso), busca dar conta dos problemas que o conceito de sexo não permitia: desconstruir as diferenças e desigualdades naturalizadas entre homens e mulheres, explicadas biologicamente pelo conceito de sexo. Analisar este fenômeno a partir do conceito de gênero proposto por SCOTT (1990 p. 14), para a qual “o elemento constitutivo das relações sociais baseado em diferenças percebidas entre sexo e gênero é a maneira primordial de significar relações de poder”, permite superar o conceito de sexo que faz referência as diferenças biológicas, enquanto gênero se refere as características socioculturais que uma sociedade atribui a homens e mulheres. Portanto, as diferenças entre os sexos, assim como as práticas racistas e classistas são aprendidas socialmente e passíveis de transformações em qualquer sociedade, embora engendradas de formas diferentes. Assim, o pensamento, as teorias feministas, são instrumentos importantes para criação de novos paradigmas, novas práticas.

Para romper com os processo de dominação, as mulheres historicamente têm participado das lutas libertárias desde tempos remotos, tendo marcos importantes na Revolução Francesa, Revolução Industrial, Movimentos Abolicionistas, Movimentos pelos direitos civis, inclusive nas utopias reinventadas dos anos 1960, que garantiu importantes conquistas em todo o mundo. No século XX, no caso brasileiro, três conquistas feministas foram importantes: o voto, o mercado de trabalho e a educação. Estas conquistas, contudo, ainda são ainda muito limitadas e as lutas por igualdade tem um longo caminho a percorrer. É verdade que a entrada das mulheres no mercado de trabalho cresceu muito na segunda metade do século XX, mas as mulheres continuam concentradas em ocupações menos valorizadas socialmente, em ocupações tipicamente femininas e ganham menos que os homens mesmo quando realizam as mesmas tarefas e maior escolaridade. Além disso, a participação das mulheres na estrutura produtiva não tem sido igual para todas já que existe a estratificação social perversa, sobretudo no caso da mulher negra e pobre.

É relevante observar que as dimensões de gênero e raça no espaço urbano tem sido largamente desconhecidas ou desconsideradas pela maioria dos estudos sobre o urbano, sobre a cidade, porque há uma suposta neutralidade espacial. Para questionar e modificar o princípio androcêntrico predominante em todas as ciências, e em particular, no pensamento dos (as) estudiosos (as) da questão urbana, impõe-se a desconstrução dos paradigmas hegemônicos que negam as especificidades das mulheres em geral, edas mulheres no espaço em particular. Para enfrentar as desigualdades urbanas como o acesso a serviços de consumo coletivo de qualidade (saneamento, saúde, educação, moradia decente, segurança etc.) estudos e políticas públicas precisam analisar e propor o enfretamento desses fenômenos na sua multidimensionalidade de gênero, classe e raça/etnia, imbricadas nas práticas espaciais multifacetadas da sociedade.

O processo de mundialização iniciado a partir dos anos 1980 e seus efeitos sobre a urbanização tem acelerado as políticas neoliberais e aprofundado as desigualdades urbanas. Para Marta Román Rivas do Colectivo de Mujeres Urbanistas, (Espanña), junho de 1995, a cidade funciona mal para todas as pessoas, mas funciona muito pior para as mulheres. A cidade concebida e organizada na lógica masculina, patriarcal, com a ausência das mulheres nas principais decisões sobre seu destino, é uma cidade pensada para a circulação de mercadorias e pessoas, para o

trabalho e não para viver. Assim como a cidade patriarcal, sexista discrimina as mulheres em geral, pode-se afirmar que a cidade sexista e racista discrimina duplamente a mulher negra.

É igualmente importante assinalar que o conceito de raça é controverso entre os estudiosos das relações sociais, sobretudo num país como o Brasil, que buscou várias formas de legitimar suas posições na perspectiva de uma sociedade branca e européia, inclusive através da ciência ou pseudo ciência, reforçando a poderosa construção do mito da democracia racial capilarizada em toda a sociedade. Foi assim que até o começo do século XX havia um racismo explícito, um racismo pseudo científico importado da Europa, mas que excluía duas importantes concepções: a) o caráter inato das diferenças raciais e b) a degenerescência proveniente da mistura racial, tendo como solução a purificação da raça O autor ainda afirma: o ideal de branqueamento aglutinara-se ao liberalismo político e econômico para produzir uma imagem nacional mais definida “espelha-se tal atitude através da atitude oficial em relação à imigração, na propaganda dirigida a estrangeiros pelas agências oficiais e na produção dos intelectuais que refletiam o pensamento da elite” (SKIDMORE, 1993, p.77 e 154). Nossa pesquisa optou pelo conceito de raça no sentido social e político, pensando nas dimensões geográficas, étnico-racial, origem geográfica, transmissão de cultura, ancestralidade, históricas, que mostram como foi construído o racismo, de um lado, e a reação a ele, do outro, e políticas, que mostram as dimensões desse debate e a construção de estratégias dos movimentos populares. Nesse contexto, é relevante estudar o caso brasileiro por ser emblemático para entender o processo de dominação sociorracial e suas imbricações com outras categorias de análise.

Como resultado do processo de imigração européia no século XIX, as mudanças demográficas do ponto de vista racial tiveram grande importância para a questão racial tal como se apresenta hoje, ou seja, os esforços das classes dominantes em transformar as discriminações e desigualdades em processos naturais. Ao responsabilizar a chamada população de cor pelo atraso econômico, alegando “apatia, indolência e imprevidência” as elites brasileiras impediram essa população participar de fato da construção do projeto nacional, durante a crise do escravismo e após o fim da escravatura. “Entre 1888 e 1930 entraram no Brasil 3.762.000 estrangeiros provenientes da Europa” (HASENBALG, 1992, p.55). Os efeitos desse processo ainda se manifestam em termos da urbanização e industrialização. De um lado, demograficamente, o Brasil tinha em 2000 176 milhões de habitantes e quase metade da população parda-negra (76,4 milhões), proporcional e desigualmente distribuídos no território nacional, mas concentrados nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste principalmente, sofrendo as consequências políticas, sociais e culturais impostas pelo racismo explícito ou implícito que impediram sua ascensão social, o que os coloca em posições desiguais, subrepresentados em todos os indicadores positivos. Do outro lado, os 90,6 milhões de brancos, concentrados nas regiões mais desenvolvidas: Sul-Sudeste, sobre-representados social e territorialmente. Em 2010 a população total é de 192.803.421 - IBGE, 2010 e não parece ter havido grandes mudanças, exceto no aumento da população parda-negra, embora as políticas de ação afirmativas tenham crescido nos últimos anos. No que se refere ao processo de urbanização e metropolização, também no século XX foi muito intenso e com as mesmas características.

Para Milton Santos (2005, p. 31), ao longo do século XX, a sociedade brasileira alcançou a urbanização da sociedade e a urbanização do território. A transição do Brasil rural para o urbano, foi significativa, com taxas de urbanização entre 1940 e 1980 de 26,35% e 68,86%, respectivamente (SANTOS, 2005, p. 31). Em 2000 a taxa de urbanização chega a 81,25%, quando a população total era de a 169.799.170 (IBGE, 2000). Do ponto de vista

da distribuição racial e regional é também muito desigual a distribuição por cor ou raça no território. De acordo com o IBGE, em 2001, a população metropolitana total era de 53.783.616 e desta, os brancos eram maioria, com 30.822.384, e os negros 22.442.914. Sua distribuição, em nível regional, era de 1.806.749 para o Norte, 9.552.119 para o Nordeste; 33.715.938 para o Sudeste; 6.596.201 para o Sul e apenas 2.112.609 para o Centro-Oeste. Ao considerarmos como a população metropolitana se distribue por região, verifica-se que os brancos são 61% no Sudeste e 84% no Sul. Nas regiões metropolitanas, a população, segundo cor ou raça, no mesmo período, é composta por 58% de brancos em 1992, com pequena variação até 2001, quando ficou em 57% e assim, também a população negra (composta de pardos e pretos) não variou: era de 41% em 1992 chegando em 2001 a 42%. O que acontece com as grandes regiões se repete nas regiões metropolitanas: o Sudeste tem apenas 37% de negros, também sem alteração, e o Sul o menor percentual: 14% em 1992, chegando a 15% em 2002. Os dados, tanto das grandes regiões como das regiões metropolitanas, mostram que o predomínio dos brancos da região Sudeste se mantém. Entretanto, houve um aumento, ainda que discreto, dos que assumem ascendência negra, com grande crescimento dos pardos, o que significa ainda a influência do processo de branqueamento e/ou negação das origens africanas. Ou seja, o Brasil de hoje é ainda tributário da política imigratória ligada à ideologia do branqueamento que afetou a composição racial em todas as regiões, mas sobretudo do Sudeste. Assim, o desenvolvimento econômico e social desigual do Brasil tem forte relação com as estratégias das elites brancas brasileiras em impor uma sociedade branca e européia, como dito anteriormente.

Salvador, todavia, mantém suas posições na histórica distribuição espacial da população, mesmo após o início da imigração massiva européia, que alterou a composição racial das regiões. Terceira metrópole brasileira, com quase 3 milhões de habitantes (2.998.056 /IBGE/2009), continua com uma composição racial quase sem alteração em relação aos censos do século XIX e XX e as formas desiguais de organização do território, com os negros (preto e pardo) como ampla maioria absoluta e relativa (76,5%) da população ocupando áreas e posições menos valorizadas, ocorrendo o inverso com a minoria branca com 23,5% da população. A distribuição da população de Salvador, com quase 80% de negros e negras, apresenta uma baixa disparidade racial nos bairros de baixo *status*, que representam a quase totalidade das AEDs-bairros (Área de Expansão Demográfica/IBGE, 2000, que em geral é mais ampla que bairro, mas a menor divisão onde permite-se cruzamento da variável cor ou raça), e uma alta disparidade social e racial nos bairros de alto e médio *status*. Inversamente, os brancos, que constituem apenas 23,5% da população, se concentram majoritariamente em poucas AEDs, da Orla Oceânica ao Sul e ao Norte (poucos) e nas AEDs do Iguatemi, onde se localizam centros comerciais modernos, implantados a partir dos anos 1970. Em suma, geograficamente, os negros concentram-se principalmente em bairros de baixo *status*, com alguma representatividade em bairros de *status* médio. Embora outras capitais do Nordeste também tenham maioria negra, o caso de Salvador tem mais peculiaridades e contradições pela forte identidade afrodescendente e maiores desigualdades raciais.

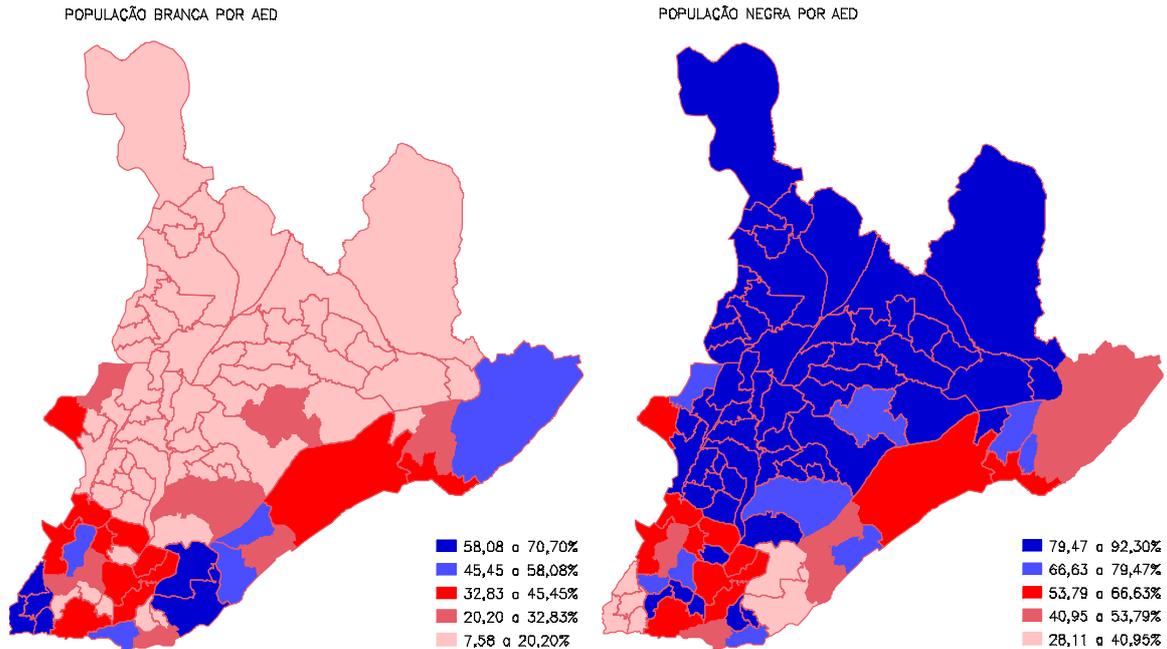


Figura 1 - População por Área de Ponderação e Cor ou Raça – Salvador – 2000

Assim, o Brasil contemporâneo, predominantemente urbano, em que mulheres e negros são maioria na base da sociedade, precisa refletir sobre as relações de gênero, raça e classe no espaço. Este fato tem sido largamente desconhecido ou desconsiderado pela produção acadêmica e pelo planejamento urbano relativo à cidade, o que contribuiu com a invisibilidade destes processos e em grande medida impedem as ações reparadoras. O século 21 deveria ser o da reparação das injustiças cometidas pelos quase 4 séculos de escravização dos povos negros e indígenas, como propõem os movimentos sociais, especialmente os movimentos negros. Esse é o objetivo do meu trabalho, por meio de pesquisa que se realiza em Salvador desde minha graduação até o meu doutoramento no IPPUR/UFRJ/FAPERJ, quando executei uma pesquisa quantitativa e qualitativa comparativa entre Rio de Janeiro e Salvador sobre raça, classe e segregação urbana. No meu pós doutoramento, no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), retomei a categoria de gênero nas suas interseccionalidades de raça, classe e espaço. Neste artigo, busco compreender estes fenômenos como estruturantes de relações socioeconômicas e sociorraciais na cidade e como se expressam no espaço urbano, particularmente as territorialidades negras e femininas e seus múltiplos significados. Assim, a metodologia que utilizo articula como categorias centrais de análise, a classe, o gênero, a raça e o espaço nas suas interseccionalidades para compreender como o sexismo, racismo e classismo, ao hierarquizar os indivíduos segundo atributos físicos em superiores e inferiores, é determinante na formação sócio-histórica no Brasil e produtora das desigualdades entre mulheres e homens, negros e brancos. Isto é feito através da análise das desigualdades socioeconômicas, sociorraciais, urbanas e de gênero, na histórica divisão racial do espaço brasileiro.

O Brasil contemporâneo vive o paradoxo de reconhecer a existência do racismo sem

racistas, um mecanismo contraditório fundamental que perpetua a desigualdade racial, tendo a mulher negra como principal vítima. O presente artigo tenta, portanto, entender esta aporia analisando o fenômeno das desigualdades socioeconômicas, sociorraciais e a segregação residencial em Salvador, cidade mais negra fora da África, a partir da hipótese de que a categorização racial como princípio hierarquizador dos indivíduos é específica e não se esgota na exploração de classes, segundo critérios econômicos ou culturais. Baseando-se nos dados do Censo IBGE 2000, e na divisão territorial por Área de Expansão Demográfica do mesmo instituto, a pesquisa evidenciou grandes desigualdades sociorraciais nesta metrópole e a percepção sobre estes fenômenos pelos moradores de uma das áreas mais negras e segregadas da cidade: o Subúrbio Ferroviário. Os dados estatísticos e cartográficos foram analisados socioespacialmente através do SPRING (Sistema de Processamento de Informações Georeferenciadas), segundo a divisão territorial GEOIDE/IBGE. Na pesquisa qualitativa, foi muito interessante constatar que, apesar da forte ideologia racial representada pelo mito da democracia racial, a percepção das pessoas entrevistadas revela um conhecimento sobre a questão maior do que o esperado, mostrando a importância de pesquisas qualitativas para melhor conhecimento deste fenômeno, tão presente no cotidiano das pessoas e na dinâmica social, particularmente na dinâmica urbana. Meu trabalho, apresentará apenas os resultados da pesquisa em Salvador, ora em execução, que segue a mesma metodologia e análise dos aspectos socioeconômicos, e introduzir a categoria gênero, não estudada no doutorado, como dito anteriormente. Em fase conclusiva, a pesquisa evidencia grandes desigualdades raciais e intra-gênero, mas sobretudo espaciais onde as desigualdades se mostram mais acentuadas em relação às mulheres negras.

2 DESIGUALDADES SOCIORRACIAIS E DE GÊNERO: SALVADOR E SUAS CONTRADIÇÕES INTERNAS

A Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, significou importantes transformações no mundo: na sociedade, na economia e na política, com o surgimento de novos grupos sociais, a burguesia e o proletariado, ou o conjunto dos assalariados. A classe operária que emergiu desse processo tinha péssimas condições de vida e trabalho: longas jornadas de trabalho, tanto para homens quanto para mulheres e crianças; falta de segurança nas fábricas; baixos salários; falta de assistência à saúde e seguridade, tais como analisadas por Engels². Nas cidades, mudanças profundas alteram a vida cotidiana: os meios de transporte ganham rapidez com a motorização; a iluminação a gás altera a vida noturna; a economia ganha um dinamismo sem precedentes com o surgimento das indústrias; o deslocamento de grandes massas do campo para a cidade empresta um peso aos centros urbanos nunca antes imaginado. Entre as consequências negativas desse processo podemos destacar: aumento do desemprego estrutural, os crescentes problemas ambientais que ameaçam a Humanidade, etc. As mudanças desse processo analisadas por Karl Polanyi com profundidade histórica, se contrapõem ao discurso liberal do desenvolvimento tal como concebido pelas forças hegemônicas.

Como periferia do capitalismo hegemônico, o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil foi mais lento, somente ocorrendo a partir de 1930, embora a industrialização tivesse se iniciado na segunda metade do século XIX, ainda sob o escravismo. As circunstâncias históricas particulares que engendraram o desenvolvimento capitalista tardio, dependente, diferenciado e desigual, no Brasil, resulta em grandes

² Cf. Friedrich Engels, 1975 e Karl Marx, 1859.

desigualdades sociorraciais e regionais, ou seja, a população negra e indígena foi excluída do processo de desenvolvimento, assim como as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que ficaram subdesenvolvidas e com alta concentração negra-indígena.

Desta forma, o nosso desenvolvimento capitalista reproduziu, de forma piorada e em grande parte com a participação do Estado brasileiro, uma industrialização seletiva. Escolhendo grupos econômicos, áreas para incentivar e investir, apostando, sobretudo, no trabalhador (a) branco (a) europeu, o Brasil optou pelo aprofundamento da divisão racial do território, num momento crucial para se construir um projeto de Nação. Ao promover o processo de imigração subsidiada, desde o século XIX, como uma das estratégias de embranquecimento do proletariado e da sociedade em geral, as elites econômicas, políticas e intelectuais fizeram a opção por um país racial e geograficamente desigual. Com a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre, o negro e o mestiço perderam espaço gradativamente para o imigrante branco europeu, como salientaram Florestan Fernandes, para São Paulo (FERNANDES, 1965), e Luiz Costa Pinto (1998), para o Rio de Janeiro. Nesse processo, a participação do negro no desenvolvimento urbano-industrial brasileiro foi tardia e desigual, como aponta Hasenbalg (1992, p. 101-104).

Resulta então desse processo as perversas desigualdades apontadas por Ricardo Henriques (2001, p.17-19), sobre a distribuição da riqueza nacional, que coloca brancos e negros em posições opostas e contraditórias. O 'Brasil branco' é cerca de 2,5 vezes mais rico que o 'Brasil negro'. Ao longo de toda a distribuição, sem exceção, a renda média dos brancos é maior que a renda média dos negros presentes no mesmo quartil de suas respectivas distribuições. Isto é, a renda média dos 10% mais pobres entre os brancos é superior à renda média dos 10% mais pobres entre os negros, e esta diferença em favor dos brancos se repete até alcançarmos os indivíduos mais ricos das duas populações (HENRIQUES, 2001, p.20). (Ou seja, a riqueza é branca e a pobreza é negra.) eu colocaria assim: quer dizer, somente o fato de ser negro lhe garante uma renda menor, seja você pobre, rico ou remediado. O autor mostra que os principais determinantes da pobreza estão associados, principalmente, à desigualdade na distribuição dos recursos, e não propriamente à escassez de recursos. Em escala nacional, Henriques (2001, p. 17) constatou que nascer negro no Brasil está relacionado a uma maior probabilidade de crescer pobre. Analisando a desigualdade racial brasileira, além da evolução das condições de vida na década de 1990, o autor demonstra o quanto a riqueza nacional é branca, ao constatar que, por um lado, "os negros representam 70% dos 10% mais pobres da população"; e, por outro lado, , no décimo mais rico da distribuição de renda do País, os brancos representam 85% dos 10% mais ricos, e apropriam-se de 87% da renda deste decil, que representa 41% da renda total do Brasil. Os negros por sua vez, representam 15% da população do último decil da distribuição, e se apropriam de 13% da renda desse mesmo decil, ou seja, 6% da renda total do País. Assim, a sociedade brasileira é muito desigual e, se este fato não for analisado em todas as suas principais dimensões, a manutenção do abismo racial permanecerá não estudada, fazendo crer que a pobreza no Brasil é apenas social, ou que a situação da população negra é resultante direta da escravidão, apesar dos 122 anos de abolição. Com este comportamento, naturalizam-se tanto as desigualdades raciais como as sociais, evitando-se o enfrentamento dos problemas decorrentes do racismo. Situação similar ocorre com as práticas sexistas que naturalizam a divisão sexual do trabalho, as desigualdades entre homens e mulheres.

No que se refere à urbanização, estudos sobre desigualdades raciais, como os já citados, embora ainda muito limitados diante da dimensão e complexidade desses processos,

mostram que pretos e pardos recebem metade do rendimento de brancos em todos os estados brasileiros, sobretudo nas regiões metropolitanas de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba. Do total de pessoas que faziam parte do 1% mais rico da população, 88% eram de cor branca, enquanto entre os 10% mais pobres, quase 70% se declararam de cor negra ou parda (PNAD, 2002). Neste contexto, e na escala intra-urbana, que é o nosso recorte territorial, verifica-se uma desigual distribuição da renda entre brancos e negros na cidade.

Salvador é uma metrópole pobre da periferia do capitalismo periférico, situada no Nordeste brasileiro, também região pobre. A análise da Figura 2 nos remete aos problemas históricos de uma cidade baseada numa organização do espaço marcada pela lógica colonialista e escravista negra e indígena, onde a maioria da população viveu e vive ainda em condições muito desiguais entre os brancos e negros, mulheres e homens, entre os de origem na senzala e na casa grande e/ou sobrados e mucambos. Mesmo com as grandes conquistas femininas-feministas no século XX, as mulheres brasileiras permanecem em grandes desvantagens em relação aos homens. No Brasil a participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA), tem aumentado continuamente nas últimas décadas, com taxas de atividades que passaram de 13,6% em 1950 para 43,3% em 1995 (Censos e PNADS/IBGE).

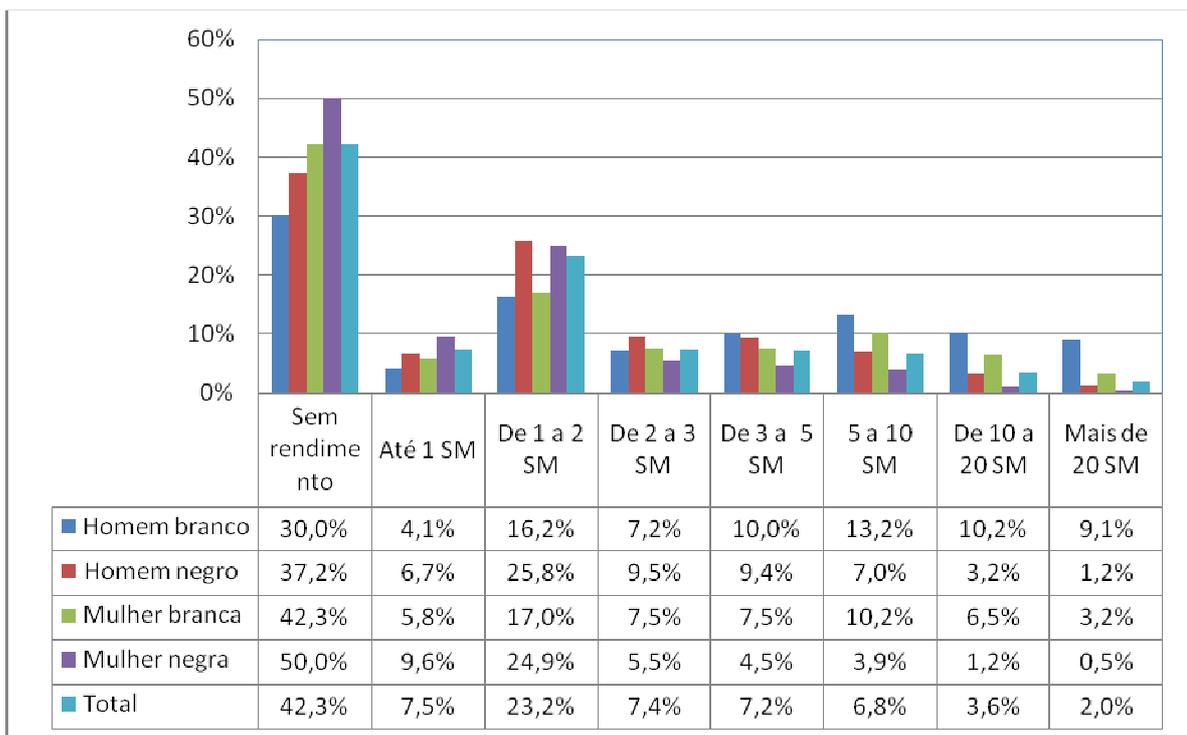


Figura 2 – Renda total por cor ou raça e sexo

O estudo sobre a PEA feminina, com o recorte de gênero e raça para o mercado de trabalho mostra a existência de uma desigualdade no interior da parcela feminina da força de trabalho. Ao analisar os rendimentos auferidos no mercado de trabalho por mulheres e homens, negros e brancos em Salvador, verifica-se que existem muitas contradições e desigualdades persistentes entre eles, considerando-se sempre que nossa análise empírica se baseia em dados da amostra do censo IBGE 2000. Em primeiro lugar devemos considerar que a cidade é muito pobre, uma vez que 42% de sua população vive sem

rendimentos e a pobreza urbana atinge principalmente as mulheres negras, pois a metade delas pertence a esta fatia da população., em situações desfavoráveis. Esta situação atinge 42,3% das mulheres brancas. Esta situação desvantajosa das mulheres brancas e negras se mantém até o grupo de 3 a 5 salários mínimos. A partir daí, a desigualdade de gênero é reduzida e dá lugar às desigualdades raciais. Ou seja, as mulheres brancas, embora em desvantagem em relação aos homens brancos, passam a distanciar-se de homens e mulheres do segmento negro. Uma análise intra-gênero revela que são as mulheres negras as que ocupam as piores posições na sociedade, pois elas tanto perdem para as mulheres brancas em todos os grupos de renda, como para os homens negros e sobretudo para os homens brancos. Estes últimos ocupam as melhores posições em todas as faixas de renda, sobretudo nas mais elevadas, onde se distanciam tanto das mulheres brancas como dos homens negros. Os homens negros, por sua vez, também se distanciam das mulheres brancas. Nesse contexto, podemos dizer que a mulher enfrenta a barreira de classe e de gênero, e a mulher negra enfrenta um problema a mais, o: a raça, como os dados estatísticos demonstram, uma vez que a desigualdade por cor não pode ser reduzida à desigualdade de gênero e classe. Ou seja, a mulher negra sofre discriminação tripla: como mulher, como negra e como pobre, considerando-se que a pobreza é negra e atinge principalmente a mulher negra.

Assim, podemos afirmar, no caso de Salvador, que o racismo atua com mais eficácia na produção das desigualdades do que o sexismo, embora ambos sejam estruturas perversas para a maioria dos e das habitantes desta cidade. Ainda é hábito no Brasil explicar a posição socioeconômica inferior de homens e mulheres negras a partir do ponto de partida desses grupos, colocando como causa a longa escravização da população negra. Contudo, mais de um século depois da abolição da escravatura, ainda que inacabada, ou por esta razão, os mecanismos sociais de discriminação da população negra e indígena revela a persistência do racismo à brasileira, produzindo resultados tão perversos como os apresentados anteriormente e que mantém o abismo sociorracial na sociedade brasileira e em particular, na sociedade baiana. Portanto, estudos que persistem na idéia de que o desenvolvimento econômico do Brasil superaria as diferenças raciais, de gênero e regionais, historicamente engendradas na nossa sociedade, não se confirmam, já que a industrialização e urbanização no Brasil, e particularmente em Salvador, não significou grande mobilidade para os descendentes de negros, principalmente as mulheres negras, ao contrário, perpetuou o enorme fosso sociorracial.

Aliás, este é um processo que atinge todas as sociedades, como afirmam Manuel Castells e Jordi Borja, “nos últimos anos do século XX, a globalização da economia e a aceleração da urbanização tem incrementado a pluralidade étnica e cultural das cidades, através dos processos de migrações, nacionais e internacionais, que conduzem à interpenetração de populações e formas de vida díspares no espaço das principais áreas metropolitanas do mundo”. Além disso, “o global se localiza, de forma socialmente segmentada e espacialmente segregada” (CASTELLS e BORJA, 1997, p.1-3).

3 ALGUMAS CONCLUSÕES

Como vimos, o desenvolvimento econômico e o crescimento industrial brasileiro tal como ocorreu, produziu um alto custo sociorracial, como efeito de uma urbanização com alta concentração de pobreza urbana e segregação sociorracial nas grandes regiões, sobretudo nas metrópoles. A fase atual do capitalismo, nomeada por Milton Santos (2005, p. 37) como “o momento histórico em que a construção ou reconstrução do espaço se dará com

um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação”, tem produzido espacialidades diferenciadas das atividades econômicas que ficam concentradas nas cidades, tornando a questão urbana estratégica para compreender as sociedades humanas e buscar alternativas ao modelo excludente existente. A ideologia do desenvolvimento capitalista subordina os sujeitos sociais e aparentemente reduz os conflitos sociorraciais, de gênero e de classes. A reflexão teórica e metodológica acerca dos antagonismos nas sociedades contemporâneas necessita de abordagens críticas sobre o modelo de sociedade pelos sujeitos sociais diversos para pensar e construir estratégias de construção de uma sociedade baseada em direitos iguais de fato, que desmascare a retórica utilizada pelas forças hegemônicas capitalistas para manter seus privilégios milenares.

Para confrontar a discriminação de gênero, étnico-racial e por orientação sexual, como também as várias formas de violência (urbana, contra mulheres, negros, homossexuais, etc) produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira, é imperativo seu enfrentamento em múltiplas dimensões. As críticas feministas e anti-racistas ao nosso modelo de organização urbana ainda são muito embrionárias, embora bem mais avançadas em outras áreas. Avançar no enfoque do empoderamento das mulheres e negros, que tem o significado de conquistar o poder e questionar todos os sistemas de dominação sexual, de classe, de raça, simultaneamente, defendido por ativistas, acadêmicas, movimentos sociais e governos comprometidos com as demandas populares é crucial para transformar o modelo capitalista de desenvolvimento contemporâneo. No atual grau de urbanização, a cidade como *locus* da sociedade política é estratégica para as transformações necessárias.

No que diz respeito às desigualdades urbanas, que estão imbricadas nas desigualdades de raça-gênero-classe social, e aprofundam tais desigualdades, faz-se urgente pensar em políticas afirmativas espaciais que incluam o fazer a cidade ao feminino e nas perspectivas de raça e classes populares. Isto significa fazer uma verdadeira revolução nas formas de organização e gestão do espaço urbano, tendo o planejamento e execução das políticas públicas papéis fundamentais na promoção do Direito à Cidade, na promoção da verdadeira interação entre as pessoas, superando a histórica segregação sociorracial e de gênero. Nesse sentido, o desafio da academia e dos gestores públicos é promover o Direito à Cidade nas múltiplas dimensões da questão urbana no seu planejamento e *práxis*. Na perspectiva de Harvey, a superação do capitalismo é possível à medida que nos apropriamos da idéia de que “nós podemos começar a nos aproximar dessa alternativa percebendo o direito à cidade como uma exigência popular internacional” (HARVEY, 2009). Desse modo, as soluções para a problemática urbana que tem várias dimensões e implicações globais, inclusive sobre a sustentabilidade urbana que “é uma das mais urgentes enfrentadas pela Humanidade”, como alerta a diretora do Programa Habitat da ONU na América Latina, Cecília Martinez, ao participar do V Fórum Urbano Mundial, promovido pela ONU, cujo tema central foi o “direito à cidade: unindo o urbano dividido”. Neste evento, realizado no Rio de Janeiro, a participação de 150 países e quase 14 mil pessoas mostra a centralidade que a questão vem conquistando. Felizmente, neste mesmo Fórum, o UN-HABITAT, em parceria com Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do Brasil, Huairou e Commonwealth Plannner’s Association (CAP), discutiu o Plano de Igualdade de Gênero.

Por fim, nossa expectativa é a de que os resultados de estudos, que têm demonstrado a persistência das desigualdades em várias dimensões, instrumentalizem o poder público e a sociedade civil na construção de cidades mais fraternas, mais igualitárias e mais democráticas. As ações afirmativas, que têm sido implementadas pelo poder público nos

últimos anos, apontam que o Estado brasileiro reconhece, em parte, que o problema do racismo como do sexismo precisam ser enfrentados com políticas reparadoras, rompendo uma longa tradição do mito da democracia racial e naturalização dos efeitos perversos do sexismo. Assim, somente com um Estado indutor do desenvolvimento na perspectiva dos interesses da maioria, será possível romper com o desenvolvimento capitalista tardio e dependente da nossa sociedade com suas contradições de classe, de gênero, de raça e do espaço, para tornar possível outra forma de organização do território. Para isso, a materialização do direito à cidade passa necessariamente pela compreensão da pluralidade da realidade urbana, porque as realidades não são homogêneas, lineares, e precisam de um olhar dialético para melhor apreendê-las e transformá-las, incluindo uma perspectiva internacionalista, já que trata-se de uma problemática em escala global, exigindo-se também de movimentos contra-hegemônicos formas de organização territorial em escala transnacional.

4 REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre (1974). **Economia das trocas simbólicas**. Editora Perspectiva, São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. (1999) **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand.

CASTELLS, Manuel; JORDI Borja. (1997). **La ciudad multicultural**. La Factoria, n.2. [s.l.]. Disponível em: <http://www.lafactoriaweb.com/articulos/borjas2.htm> . Acesso em 20 de maio de 2004

COSTA, Ana Alice. (1998). **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Coleção Bahianas

DAVID, Havey (2009). **Discurso de abertura na Tenda de Reforma Urbana**. Forum Social Mundial. Belém, Brasil.

DURAN, María Angeles (1998). **La ciudad compartida**. Edita: Instituto Juan de Herrera. Av. Juan de Herrera 4. 28040 MADRID. ESPAÑA. ISSN: 1578-097X.

GARCIA, Antonia (2009). **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. Garamond, Rio de Janeiro.

GARCIA, Antonia. (2006). **As mulheres da cidade d'Oxum: relações de gênero, raça e classe e organização do movimento de bairro em Salvador**. EDUFBA, Salvador.

GONZALEZ, Lélia (1992). HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Marco Zero, Rio de Janeiro.



GRAMSCI, Antonio. Maquiavel. **A política e o Estado moderno**. Brasiliense, R. de Janeiro, 1984.

HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. (1992). **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio Fundo Ed. IUPERJ. Rio de Janeiro

HASENBALG, Carlos. (1992). **Notas sobre relações de raça no Brasil e na América Latina**. IUPERJ, Rio de Janeiro.

HENRIQUES, Ricardo. (2001). **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro.

MARTINEZ, Ana, S, MOYA, Juana, M. R. & MUÑOZ, Maria. A. D (1995). **Mujeres , espacio y sociedad**: Hacia una Geografía de Género. Sintesis, Madrid

MASSOLO, Alejandra (1992). **Mujeres y ciudades**: participaçõa social, vivienda y vida cotidiana. El Collegio de México, 1992

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Mazza edições, Belo Horizonte, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (2010).V **Fórum Urbano Mundial**. Rio de Janeiro.

POLANYI, Karl. (1944). **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus .

SAFFIOT, Heleieth. (2004). **Gênero, patriarcado, violência**. Editora Perseu Abramo. São Paulo.

SANTOS, Milton. (2005). **Urbanização brasileira**. Edusp, São Paulo

SCOTT, J.W. (1991) **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Tradução (para o português) de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo.

SKIDMORE, Thomas. (1976) **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.